

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O PCP, vanguarda revolucionária da classe operária, chama-vos, uma vez mais, a comemorar o 1º de Maio. Chama-vos de novo, no dia dos trabalhadores, a lutar contra os exploradores e opressores capitalistas, a lutar pela Democracia e o Socialismo!

Viva a unidade combativa da classe operária!
Viva o 1º de Maio, Jornada Internacional dos Trabalhadores!

(Do Manifesto da Comissão Executiva do Comité Central)



AVANTE!

Por uma nova grande ofensiva

A situação política evolui com nitidez num sentido desfavorável ao fascismo e ao colonialismo e favorável às forças democráticas. O regime fascista debate-se em contradições e dificuldades crescentes. As forças democráticas reforçam a sua unidade, a sua organização e a sua actividade. As condições objectivas e subjectivas fazem prever um importante fluxo de luta popular, em que grandes êxitos podem ser alcançados.

Aprofunda-se a crise do regime fascista

Cinco traços essenciais caracterizam a situação no momento presente:

1º O agravamento da situação económica, com o afrouxamento do ritmo de desenvolvimento, a baixa da produção agrícola, os déficits do comércio externo, os gastos com a guerra colonial, o galope da inflação. Os monopólios e o seu governo fazem cair sobre a classe operária, as massas trabalhadoras, as classes médias, o peso das dificuldades da economia nacional. Congelam os salários. Intensificam a exploração. Dão curso à alta do custo de vida. Intensificam a concentração na indústria, comércio e agricultura. Submetem cada vez mais Portugal ao imperialismo estrangeiro. Apressam o processo de fusão do Estado com os monopólios, num aparelho único. Tal política, que permite aos monopólios continuar obtendo elevados lucros, aumenta as dificuldades e o desemprego dos trabalhadores e a ruína dos pequenos industriais, comerciantes e agricultores, e conduz a economia portuguesa para uma grave crise. Cria ao mesmo tempo condições objectivas para a agudização da luta de classes.

2º O crescente isolamento interno do governo fascista. Restringe-se a base de apoio social do regime na medida em que se acentua a fusão do Estado com os monopólios. Fracassou a manobra caetanista para alargar a base de apoio político. Reflectindo contradições internas, no campo do próprio regime está-se formando uma corrente política discordante e diferenciada, que se polariza em torno de uma plataforma efectivamente liberalizante. Rompem com o fascismo e o colonialismo largos círculos católicos. A Igreja, embora muito hesitante, não acompanha já incondicionalmente todos os aspectos da política do governo. Reduz-se e isola-se cada vez mais a camarilha fascista governante.

3º O crescente isolamento internacional do fascismo português. A evolução da situação internacional (em que se destacam o fim da guerra do Vietnã, o desanuviamento, os progressos no sentido da segurança europeia, as derrotas das forças mais reacionárias numa série de países) obrigará o governo fascista a fazer readaptações e concessões. Quanto à política interna, terá necessidade de aparecer na cena internacional com uma fachada «liberal». Quanto à política externa, que se tem mantido até hoje no imobilismo do tempo da «guerra fria», terá de récuar. A presença nas reuniões de Helsínquia preparatórias da Conferência pan-europeia dos Estados e a «abertura a leste» enunciada por R. Patrício em 21 de Fevereiro constituem derrotas efectivas da diplomacia fascista, que será forçada a novas «readaptações».

4º O amadurecimento das condições que porão na ordem do dia o fim da guerra colonial e uma solução política do problema. Fazendo frente à intensificação da guerra, aos actos de agressão, subversão e terrorismo (de que o assassinato de Amílcar Cabral é o mais recente e clamoroso exemplo), os movimentos de libertação de Moçambique, Guiné-Bissau e Angola registam novos sucessos. Cresce a resistência do povo português contra a guerra colonial, que se expressa num amplo movimento político que rompe as mordças fascistas e ganha novos sectores, na intensa agitação, nas deserções, nas manifestações de descontentamento e protesto nas forças armadas, nos golpes directos contra o aparelho militar colonialista. A condenação internacional do colonialismo português é cada dia mais severa. A conjugação destes três factores aproxima inexoravelmente a hora em que o colonialismo português será forçado, primeiro a tentar soluções neo-colonialistas e finalmente a largar a sua presença

5º O novo ascenso da luta da classe operária, das massas populares, do movimento democrático. Continua a alargar-se a luta reivindicativa operária, sendo cada vez mais frequente o recurso a paralizações e a greves. O movimento sindical resiste às medidas do governo para tentar liquidá-lo e regista novos êxitos. Reanimam-se, e reforçam-se, multiplicam as iniciativas, as estruturas do movimento democrático. A juventude trabalhadora e estudantil mantem-se nas primeiras filas. As lutas dos camponeses, dos pequenos comerciantes, dos médicos e professores, as manifestações de descontentamento nas forças armadas, os movimentos de defesa dos interesses das populações, confirmam o alargamento da base social e o carácter antimonopolista do movimento antifascista, a amplitude social e política da frente de luta, a diversificação dos seus objectivos e formas de organização, o fluxo, irregular mas seguro, da luta popular.

A evolução da situação política testemunha o aprofundamento da crise do regime fascista, enuncia o próximo agravamento, em todos os aspectos, das suas dificuldades e indica a possibilidade real, para a classe operária, as forças democráticas, as massas populares, de emprenderem uma grande ofensiva.

Para uma nova grande ofensiva

Da própria situação decorrem as direcções fundamentais da luta popular:

1ª A luta económica pelas reivindicações imediatas da classe operária, do campesinato, das massas trabalhadoras, das classes médias atingidas pela política fascista. Pelo aumento de salários, pela redução da semana de trabalho, contra o desemprego, contra a carestia de vida, contra a carga dos impostos, contra os monopólios e a política monopolista.

2ª A luta pelas liberdades democráticas fundamentais. Contra a repressão, pela libertação dos presos políticos, pelos direitos de informação, de expressão de pensamento, de associação e de reunião, pela liberdade sindical e pelo direito à greve.

3ª A luta pelo fim da guerra colonial, com o reconhecimento aos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, do direito à completa e imediata independência. Por uma solução política. Pela abertura imediata de negociações com os legítimos representantes dos povos submetidos ao colonialismo português, ou seja, os partidos revolucionários que conduzem a luta de libertação nacional (PAIGC, FRELIMO, MPLA).

4ª A luta contra a submissão de Portugal ao imperialismo estrangeiro. Contra a entrega da economia nacional, contra a política externa enfeudada aos círculos mais agressivos do imperialismo, pela extinção de bases militares em território português, pelo desenvolvimento de relações com os países socialistas.

São estas direcções de luta, são estes e outros objectivos imediatos definidos em cada caso tendo em conta as situações concretas, que podem conduzir à acção as mais amplas massas. A classe operária, as forças democráticas, as massas populares, a juventude podem, nestas várias frentes, alcançar importantes vitórias.

O desencadeamento de uma nova grande ofensiva contra a ditadura fascista significa antes de mais o desenvolvimento das lutas parciais por objectivos concretos imediatos: nas fábricas e empresas, nos sindicatos, nos campos, nos portos e aldeias, nos barcos e quartéis.

(continua na pag. 5)

O 3.º CONGRESSO da Oposição Democrática

Embora não disponhamos ainda de informações detalhadas sobre os trabalhos do 3.º Congresso da Oposição Democrática que acaba de ter lugar, podemos desde já afirmar que a sua realização constituiu uma grande vitória das forças democráticas e uma fase muito importante da luta contra o fascismo.

Pelo grande número de democratas participantes nas estruturas do Congresso, cuja Comissão Nacional era composta por mais de 500 membros representantes de todos os distritos do país; pelo número de teses apresentadas (quase 200), muitas delas colectivas, versando os mais diversos e importantes problemas da vida e da luta do nosso povo, nomeadamente os problemas dos trabalhadores, da juventude, da mulher, da intelectualidade, das liberdades democráticas, da guerra colonial, sindicais, do ensino e da cultura, etc., etc., teses em cuja elaboração participaram milhares de pessoas; pelo número de democratas mobilizadas para estudar e debaterem esses problemas; pelo número de congressistas, que se contam por milhares e ainda pelos muitos milhares de democratas que apesar de todas as dificuldades criadas pelo fascismo conseguiram deslocar-se a Aveiro para participarem nos actos públicos do Congresso, à última hora proibidos, pode dizer-se que o 3.º Congresso da Oposição Democrática representou uma grande manifestação e uma grande jornada de massas.

A realização do Congresso foi, como afirmaram vários congressistas, uma conquista da Oposição Democrática e não uma concessão do regime. Aliás o fascismo, não se sentindo em condições de impedir a efectivação do Congresso, fez tudo quanto pôde para a dificultar e lhe reduzir o âmbito. As dificuldades postas à sua divulgação e propagação e à sua preparação e organização; a proibição da romagem ao túmulo de Mário Sacramento e a proibição de todos os actos públicos, acompanhado das ameaças do costume para tentar criar um clima de medo; o encerramento do parque de campismo para impedir o acampamento de milhares de pessoas que pretendiam assistir à última fase do Congresso; a ocupação do parque da cidade pelas forças policiais para impedir a realização do grande piquenique de confraternização; a intercepção pelas forças da GNR e PSP de todas as vias de acesso à cidade, impedindo o direito de circulação e a chegada dos muitos milhares de democratas de todos os pontos do país que pretendiam associar-se às manifestações do Congresso, de tudo o fascismo jogou mão para reduzir a amplitude e limitar a participação popular nesta grande realização antifascista que foi o 3.º Congresso da Oposição Democrática.

Apesar de todas estas medidas, o fascismo não conseguiu quebrar o entusiasmo popular nem impedir a entrada na cidade de vários milhares de democratas que deixaram os transportes a quilómetros e quilómetros de distância e conseguiram iludir a vigilância policial para se associarem aos últimos actos do Congresso, incluindo a romagem a Mário Sacramento, violentamente reprimida pelas forças policiais.

Embora não disponhamos ainda dos elementos que nos permitam fazer a devida apreciação do Congresso, as amplas discussões realizadas à volta dos seus temas por muitos milhares de democratas, discussões que incidiram sobre os mais candentes problemas da vida nacional, representou uma grande contribuição para a definição de objectivos e métodos de acção do movimento unitário e foi um importante passo para a dinamização da actividade das forças democráticas. O Congresso abriu novas perspectivas de acção antifascista, criando condições para uma mais ampla e combativa unidade no desenvolvimento de uma larga frente de luta contra o fascismo, contra a guerra colonial, pelas liberdades democráticas.

Foram libertados CANAIS ROCHA E DOMINGOS ABRANTES

Sairam em liberdade, depois de terem cumprido mais de 5 e 8 anos de prisão, os camaradas Canais Rocha e Domingos Abrantes.

A libertação destes camaradas, assim como as de José Carlos, Hídio Esteves, Úrsula Machado, António Graça, Cabral Matos, Jorge Araújo e outros presos mais não se teriam verificado se o Governo não tivesse sido forçado a abolir as «medidas de segurança».

A libertação desses e outros destacados patriotas é o resultado da crescente pressão nacional e internacional pela libertação dos que se encontram nas prisões.

Mas a PIDE, DGS e o Governo estão já a recorrer a novos processos para substituir as celeradas medidas de segurança. É

assim que em recentes julgamentos as penas aplicadas a alguns presos poderão ser prorrogadas ao abrigo do artº 67º do Código Penal. Noutros casos, estão a aplicar ou preparam-se para aplicar novas condenações. Tal é o caso de António Gervásio, que viu a sua pena de mais de 11 anos aumentada para 13 ou mais anos através de condenações suplementares. Dessa forma procuram prolongar a prisão de alguns e impedir que outros saiam em liberdade quando terminarem as penas a que foram condenados.

Protestar contra tais ilegalidades e lutar pela libertação de todos os presos, pela Amnistia, é uma exigência que se deve alargar a todo o país.

Pelo fim da guerra colonial

Cada dia que passa torna mais patente a precária situação dos colonialistas portugueses frente à luta de libertação dos povos das colónias portuguesas. As consequências do prosseguimento da odiosa guerra colonial pesam cada vez mais sobre as massas populares e acumulam o atraso do país. O descontentamento popular toma formas de luta aberta, contra a guerra e pela negociação, que a repressão dificilmente contém.

Perante esta realidade, a camarilha caetanista utiliza todos os recursos da imaginação e da mentira. Mas a empresa é difícil. Os factos não se podem silenciar sempre. E a propaganda fascista, de tanto inventar, cai em contradições que a desmascaram. Não existem zonas libertadas, proclama Patrício nos seus impotentes discursos na ONU; mas os comunicados de guerra encarregam-se de o contradizer. Num recente comunicado de Moçambique, relata-se a acção das tropas contra Mocumbura, Maque, Daque e Metape que seriam, segundo eles, «áreas de comando e apoio logístico da FRELIMO no istmo da Tete»...

5 aviões abatidos na Guiné

Os colonialistas portugueses, exultantes com o corbarde assassinato de Amílcar Cabral, trataram logo de propalar o breve aniquilamento do PAIGC. Mas os cálculos fascistas saíram errados. Em 27 e 31 de Março foram abatidos dois aviões e nos dias 6 e 7 de Abril mais três. Em menos de duas semanas, foram assim abatidos 5 aviões, alguns a jacto, e com eles morreram vários oficiais aviadores de elevada patente.

Os comunicados oficiais confessam que alguns desses aviões foram abatidos por foguetões terra-ar, o que significa um importante progresso qualitativo no apetrechamento militar do PAIGC.

O que se passa em Tite, aquartelamento da Guiné, é elucidativo sobre as condições em que se encontram as tropas portuguesas: não há enfermarias; a promiscuidade é total; chega a passar-se 15 dias sem luz, quando se avia o único gerador; géneros alimentares frescos são raros, e chegam quase sempre podres; as doenças sucedem-se, sem grandes possibilidades de serem atacadas os próprios feridos, que só podem ser evacuados de avião ou helicóptero, têm de esperar durante o dia ou permanecer assim durante a noite, pois nessa altura não há evacuações!

A última encenação demagógica, bem do estilo caetanista, consistiu nas «eleições» nas colónias, apresentadas como os símbolos da nova política de autonomia dos «estados». Mas faltou bastante de convicção aos agentes de propaganda, sabedores de como o povo encara as «eleições» fascistas em Portugal...

Os estalados temas da propa-

ganda colonialista encontram um eco surdo de revolta, que se vai alargando às mais diferentes camadas e profissões. O que o povo vê são os mortos e os estropiados, física e moralmente, que vêm da guerra. São as consequências dramáticas da mobilização e dos longos anos de serviço militar impostos, desde as dificuldades materiais até à incapacitação profissional. É o afastamento para o estrangeiro de milhares de desertores e refractários, jovens que o país tanto necessita. É a galopante subida dos preços e do custo de vida provocada pela guerra e pelos enormes recursos da Nação que ali são devorados. É a crescente submissão do país ao imperialismo e o rótulo odioso de Portugal na arena internacional.

As condições objectivas da luta contra a guerra colonial estão maduras para o lançamento de novas acções concretas e para o reforço da luta organizada em torno da reivindicação popular de cessação da guerra e de negociações com os movimentos de libertação.

Nos locais de trabalho e de estudo. Nos quartéis, em Portugal ou nas colónias. Através das formas mais diversas, juntemos esforços e vontades para o FIM DA GUERRA, O REGRESSO DOS SOLDADOS, NEGOCIAÇÕES IMEDIATAS, INDEPENDÊNCIA PARA AS COLÓNIAS PORTUGUESAS!

AS COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

Em várias terras do país numerosos democratas se reuniram para comemorar o 31 de Janeiro, aniversário da primeira revolução para a implantação da República. O governo fascista de M. Caetano, cego no seu ódio à liberdade e no seu medo a tudo que sejam manifestações públicas, proíbe todas as sessões públicas, algumas delas depois de primeiramente terem sido autorizadas, como aconteceu no Porto, Alameda e Figueira da Foz.

Na impossibilidade de realizarem sessões públicas, os democratas reuniram-se em lanternas de confraternização que foram aproveitadas para discutir problemas do movimento democrático dos respectivos distritos ou concelhos. Foram autênticas reuniões de trabalho em que participaram várias centenas de democratas em vários pontos do país.

No Porto, numa sala engalanada onde pedira ler-se «Liberdade Sindical», «Amnistia», «Independência para os povos das colónias», «Abaixo a repressão», «Abaixo a guerra colonial», etc., reuniram-se 150 democratas, estando também presente uma delegação de 5 democratas do concelho do Barreiro. Foram feitos dois minutos de silêncio, um pela morte de Amílcar Cabral e outro pela de Carlos Cal Brandão.

Foi mais ou menos dentro do mesmo espírito e com os mesmos objectivos que se reuniram 50 democratas em Aveiro, cerca de uma centena em Viseu (de vários concelhos do distrito), 110 em Torres Novas (de vários concelhos do distrito de Santarém), 30 em Alameda, 100 na Figueira da Foz. Aqui foi lida uma moção assinada por 70 democratas de Coimbra.

Também em Agueda se realizou no dia 27 de Janeiro (data que está ligada a uma luta travada no concelho contra a monarquia) um jantar em que participaram 110 democratas.



Contra a exploração patronal

UNIDADE E FIRMEZA, CONDIÇÕES DA VITÓRIA

O Patronato recorre a todos os processos para intensificar a exploração da classe operária. Aumento de ritmos de trabalho, baixas de categoria, salários inferiores aos estabelecidos nos contratos, aumento de tempos de trabalho, são formas, entre muitas outras, através das quais os exploradores tentam aumentar os seus lucros. Só a luta unida e firme dos trabalhadores, luta que está assumindo com muita frequência formas superiores como paralisações e greves, lhes permite impedir que a exploração patronal vá mais longe e impôr ao patronato a satisfação das suas reivindicações. Os exemplos das lutas que citamos a seguir, umas já vitoriosas, outras ainda em curso, mostram como através da sua acção firme e unida os operários de várias empresas conseguem obrigar o patronato a ceder.

Na «Cima» (indústria de madeiras em Alhandra), os 200 operários da empresa ficaram vivamente indignados com os aumentos discriminatórios de fim do ano que quase só beneficiaram os encarregados. Depois de uma demarche junto do sindicato sem resultado, decidiram paralisar o trabalho durante uma hora, no dia 1 de Fevereiro, enquanto uma comissão representativa de todas as secções apresentava à gerência o pedido de aumento geral de salários de 20 escudos para os homens e 10 escudos para as mulheres. A gerência, perante a firmeza dos trabalhadores compro-

meteu-se a dar uma resposta dentro dos 15 dias seguintes. Da continuação da firmeza e unidade dos operários da «Cima» depende o êxito da luta.

Na «Mague», empresa com cerca de 800 operários, estes iniciaram também uma luta por aumento geral de salários. Um grupo de operários elaborou e pôs a circular um documento a ser discutido por todos e contendo as reivindicações, que são, além do aumento geral que varia entre 30% para os salários até 3.000 escudos e 5% para os superiores a 7.000, revisão de promoções e classificações e semana de 45 horas. É de salientar que a reivindicação da semana de 45 horas começa a generalizar-se aos trabalhadores de muitas empresas. Já conseguiram a semana de 45 horas os operários da Central de Cervejas, da Simpovél, da Sorefame e da Comelna.

Os operários e empregados da «Sorefame» conquistaram também em Janeiro aumentos de salários que vinham reivindicando, aumentos que vão de 400 a 1.500 escudos por mês. Cerca de 600 operários assinaram uma petição para que o feriado previsto no CCT seja no 1.º de Maio.

Na Figueira da Foz, os operários da «Foz-Nave» resistiram vitoriosamente à tentativa da administração para lhes retirar a «semana inglesa». A ordem recebida para trabalharem ao sábado à tarde os 100 operários disseram não, recusando-se na sua totali-

dade a comparecer ao trabalho nesse período. Com a sua firmeza e unidade conseguiram uma bela vitória.

Também os operários metalúrgicos dos Estaleiros estão a lutar contra os atropelos ao novo CCT feitos pelo patronato, pagando salários inferiores aos estabelecidos e baixando de categoria muitos operários. Verificando que os dirigentes do sindicato pouco se interessavam pela solução destes problemas, os operários recorreram a um advogado para pôr uma acção em tribunal. Mas isso não dispensa a continuação da luta na empresa e no próprio sindicato, através de acções massivas, para obrigar o patronato a ceder e a cumprir os contratos, pois é sabido que os tribunais são também peças da máquina exploradora patronal-fascista.

Na «Flandria» (Agueda), empresa há pouco comprada por americanos e a cuja porta está permanentemente hasteada a bandeira americana, os operários lutam por aumento de salários, aumento que já há tempos vem sendo prometido. Ultimamente uma das secções recorreu à «cera» como forma de luta. Só a união e a firmeza de todos os operários da empresa, com a adopção das formas de luta apropriadas, obrigará a gerência a ceder no aumento de salários, assim como a recuar quanto ao aumento de ritmos de trabalho que tem estado a exigir.

Na empresa «Oliveiras», os operários já conseguiram o alargamento de âmbito do CCT a algumas categorias. É necessária a continuação da luta para que o alargamento de âmbito seja extensivo a todas as categorias.

Os operários da «Central de Cervejas» conquistaram em Janeiro, com efeito retroactivo a partir de Setembro, um aumento de salários de 750 escudos em média.

Também os das Moagens Associadas de Alhandra («Ribatejana» e «Manciras») — descaçue de arroz) acabam de conquistar o pagamento do 7º dia, depois duma luta travada durante algum tempo, em grande parte através do sindicato.

Na «Casa Hipólito», a Comissão de Unidade distribuiu uma targeta à classe alertando-a contra a manobra da gerência para dividir a classe à volta de um prometido subsídio calculado em metade do valor do prémio de produção e concedido consoante a antiguidade, dedicação e zelo, competência, comportamento e assiduidade (!!!) A comissão apela para todos os operários para que não se deixem ir nas manobras da gerência e se unam à volta das seguintes reivindicações: aumento geral de 20 escudos diários para todos os operários e operárias; semana de 45 horas; que o feriado previsto no CCT seja no 1.º de Maio. Para esta última reivindicação foram recolhidas na empresa 250 assinaturas.



A rolha

Mal seou a fiata da circular proibindo aos funcionários de fazer discursos, já novo Regulamento da Assembleia Nacional fascista mostra a notável expansão da aplicação da rolha. Nada de críticas. Nada de opiniões discordantes. Toca a obstar em comissões à porta fechada quaisquer veledades de opinião própria. Nem nesse restrito escol de «deputados» que eles próprios escolheram e filtraram, os fascistas se sentem tranquilos. São todos livres para dizerem «sim» e «amem». Já não é pouco.

Anticomunismo

Apareceu no estalageiro, entre a emigração portuguesa, um «Apelo» de 11 páginas, em que uns sujeitos incógnitos dizem dirigir-se a gente de esquerda e particularmente aos membros do PCP... Apelo para quê? Pois (tal é o título) «Para a defesa dos militantes presos... na URSS e na Europa de Leste!!! O que dizem é o mesmo que diz a propaganda da OIA ou da PIDE. Só numa coisa se distinguem: Pretendem falar em nome dos interesses da classe operária e do socialismo. Ficamos sem saber se são esquerdistas anticomunistas a fazerem o jogo do imperialismo e do fascismo, se são fascistas agentes do imperialismo mascarados de esquerdistas, se são uns e outros, associados num mesmo sentido anticomunismo.

Vida privada

O governo organiza a devassa metódica da vida dos cidadãos, visando naturalmente aqueles que se opõem à sua política. A PIDE-DGS, equipada de meios técnicos apropriados, distingue se nessa violação da vida privada de cada qual. Que significa pois a lei, agora aprovada, de «protecção da intimidade da vida privada»? E as penas estabelecidas para quem registar indolentemente em cartões «a imagem» de pessoas ou, seus, bens? (!) As observe em lugar privado, ou forneça a seu respeito elementos para ficheiros? É evidente que o que se trata é de tomar medidas para manter no segredo a vida das camadas monopolistas dominantes, para que não possam vir à luz do dia a sua vida de parasitismo, de luxo, de corrupção, de imoralidade, de deboche. É para isso a lei.

Recenseamento

Que o governo não quer eleições a sério é coisa que ninguém ignora. Que falsifica o recenseamento e faz tudo para que nele não inscreva a grande massa dos portugueses é outra trivialidade. É por isso extraordinário que um conhecido democrata venha dizer na «República» que a melhor maneira de criar o interesse pelo recenseamento seria a iniciativa nesse sentido por parte do... governo! «A cooperação da PSP nas cidades (já agora, porque não também a PIDE-DGS? perguntamos nós) contribuiria eficazmente para a difusão, etc. etc.»

Não está mal que se debatam sistemas de recenseamento. Mas não é de aceitar que se façam apelos à compreensão do governo para que confie o recenseamento ao aparelho repressivo, em vez de se fazerem apelos aos democratas para tomarem a batalha do recenseamento nas próprias mãos.

Espírito criador

Os verbalistas dão novas mostras de extraordinário espírito criador ao descobrirem que em Portugal o poder não se conquista só com comissões operárias legais. Ninguém

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

Abaixo a repressão - Lista nº 57	2.500\$00	político-lista 13	47\$50
Adelino	300\$00	Nova Aurora	20\$00
Alvaro Cunha	105\$50	Novo Mundo	100\$00
A memória de Pereira Gomes	15\$00	Novo Jumo	20\$00
Amigo da loja (dois meses)	200\$00	Operário	5\$00
Amigo da quinta (dois meses)	100\$00	Operário perseguido	20\$00
Amigos do Partido (91)	405\$00	Operário Vermelho	50\$00
Amigos do Partido MM	32\$40	Idem	20\$00
Angela Davis	50\$00	Outubristas	2.000\$00
Até à vitória final (V)	540\$00	Pablo	37\$00
A.T.I.R.	108\$00	P.B.	20\$00
Autocrítica	100\$00	P.C.P.	10\$00
Camaradas emigrantes	162\$00	Idem (2)	10\$00
Caminho certo	10\$00	Pela Liberdade	60\$00
Canino	100\$00	Idem	20\$00
Campos	200\$00	Pela Liberdade e a Paz	20\$00
Canal real	20\$00	Pela memória de A. Cabral	500\$00
Casa socialista do Barreiro	200\$00	Pelo Portugal socialista	540\$00
Catarina Efémia	218\$00	lista de amanhã	540\$00
Idem (S)	570\$00	Pela vitória do socialismo	540\$00
C.B.	20\$00	sobre o fascismo (J)	540\$00
Claud J.M.	54\$00	Pelo Povo	100\$00
Craço Vermelho	30\$00	Primeiro ano de eterna	
C.S.P. (Au)	1.471\$20	saúde de G. Pedro	540\$00
Democratas (Au)	135\$00	Rosas Vermelhas	10\$00
Idem (Go)	108\$00	Roseira	50\$00
Dimitroff	700\$00	Semore amigos	1.000\$00
Idem (atrasada)	350\$00	Idem	500\$00
Dois amigos democratas	250\$00	Simpatizante	30\$00
Elsa	200\$00	Soeiro Pereira Gomes	1.000\$00
Eulco	300\$00	Trabalhador (Au)	54\$00
E.V.	20\$00	Trigo sem joio	81\$00
Família Fernando (Au)	108\$00	Uma amiga	50\$00
Feto de macaço	100\$00	Um alentejano	20\$00
Fotógrafo	20\$00	Um desempregado	5\$00
Gabriel Pedro	108\$00	Um emigrante	95\$00
Idem	108\$00	Um grupo de amigos democratas	245\$00
Garibaldi	50\$00	Um jovem electricista	10\$00
Giap - Vivo	40\$00	Um mecânico de telefones	10\$00
H.	200\$00	Um mecânico	20\$00
Haure C.D.M.	108\$00	Um simpatizante do Partido	100\$00
Horácio Rufino	70\$00	Unidade	5\$00
Horizonte Novo	20\$00	Unidos	50\$00
J.A.	20\$00	Ventura	20\$00
J.M.P.	50\$00	Vermelhos	120\$00
Libertação dos presos políticos	500\$00	Vitória	20\$00
Leitura do «Avante»	30\$00	Vitória contra o fascismo	674\$50
Mais Tancos	192\$50	Viva o P.C.P.	200\$00
M.G.	20\$00	Zé	10\$00
Natal do perseguido	20\$00		
		Total:	49707\$60



«Continuidade e evolução»

NA REPRESSÃO E NA TORTURA

Eis um terreno em que o governo fascista de M. Caetano não se limitou a seguir o exemplo de Salazar. Ele continuou a aperfeiçoar todo o aparelho repressivo e de torturadores profissionais, em que a arbitrariedade e a violência policiais, com a PIDE-DGS à cabeça, não tem freio nem cobro, estando a ser teçada ao limite máximo a aplicação bárbara da tortura. A repressão continua sendo a base da manutenção do regime. A repressão e a tortura visam anular todas as formas de organização política; daí o encarnicamento prioritário contra o P.C.P., numa tentativa de decapitar a luta da classe operária e das massas populares.

Ninguém é poupado

Alastram no país as lutas contra a carestia da vida e o congelamento de salários? Governo e patronato de mãos dadas vêm «resolver» os problemas despedindo, intimidando, apreendendo trabalhadores. Dois exemplos recentes: a quase totalidade dos 400 operários das oficinas da Carcereira são interrogados pela Pide por causa da luta nos S.T. C.P.; uma dezena é despedida na SPAL. Os trabalhadores lutam não só dos Sindicatos? Ai está o INEP, os tribunais, os despachos do Ministério das Corporações (e sempre, a Pide) para impugnar listas, nomes, eleições, a suspender direcções da confiança dos trabalhadores, etc. Ultimamente têm-se sucedido os despedimentos de dirigentes e activistas sindicais, o que motivou um energético protesto de 15 sindicatos.

A GNR intervém contra os camponeses que defendem os seus baldios e as suas vinhas. Veiga Simão e Rapazote juntam esforços para reprimir o movimento estudantil. Associações, e os próprios estabelecimentos de ensino, são encerrados, «gorilas» policiam as faculdades, dezenas de estudantes são suspensos e julgados.

Colectividades, sessões ou debates são alvo de restrições ou proibições. Brês colóquios foram proibidos recentemente: um, sobre o fixo, na Amadora; dois em V. Franca sobre Teatro e Inflação. Os professores secundários foram proibidos de debater nos estabelecimentos de ensino a dignificação da profissão e do ensino.

Ano de «eleições» e sabedor de que as falcatruas no recenseamento não impedirão a luta, o fascismo tenta impedir a organização e as actividades democráticas. Em Coimbra, Marinha Grande, Loures, Oeiras as Comissões e postos de recenseamento são proibidos. Noutros locais os postos são visitados pela Pide, que identifica e intimida. Democratas que distribuem documentos sobre o recenseamento são levados às esquadras da PSP, interrogados e identificados, apreendidos a propaganda, como aconteceu em Lisboa, Porto e em muitas outras terras do país.

Os stops e as rusgas são cada vez mais frequentes em qualquer

local e a qualquer hora do dia ou da noite, chegando as brigadas de polícia a interceptar as saídas de cinemas, como ainda há dias aconteceu no Carlos Alberto, no Porto, identificando toda a gente e conduzindo à directoria os considerados insuficientemente identificados ou hesitantes nas respostas às perguntas feitas.

A escalada da tortura

Onde a repressão preventiva não surte os efeitos desejados continua a acção ignóbil dos torturadores na PIDE-DGS, essa criminosa tarefa de destruir física e moralmente os presos. Na tortura do sono, o número de dias e noites seguidos sem dormir aumenta continuamente. Em muitos casos só finda com o total esgotamento físico. Espancamentos selváticos, salas sobre aquecidas e outras instalações especiais em Caxias, sovícias de toça a ordem, gravações, simulacros de assassinio — a tudo recorre a Pide para fazer vergar ou arrasar as suas vítimas.

400 horas seguidas mantiveram António Gervásio, membro do CC, sem dormir. Carlos Domingos esteve 13 dias e noites seguidos. Os jovens Hrácio Rufino e Pedro Soares estiveram 23 e 41 dias, em longos períodos, dessa tortura. O Eng. Fernando Vicente, 3 períodos de 5, 13 e mais 13, num total de 31 dias e noites sem dormir. A estudante Beresa Tengarrinha Dias Coelho sofreu 5 e mais 7 dias de privação do sono. O jovem estudante Abílio, do Instituto Industrial, esteve 8 dias. Os exemplos citados dão uma ideia do que se passa nos antros da Pide, pois raros são os casos, em centenas, em que os presos não são sujeitos a tais processos.

Não há dois caminhos

Só intensificando a luta, estreitando a ligação às massas, denunciando os crimes, mobilizando massivamente, se poderá deter e fazer recuar a repressão. Aprontado e a energia da resposta, a conjugação dos esforços, a procura do apoio de todos os portugueses para quem os direitos do homem não são meras palavras — são indispensáveis. Assim o entenderam os 200 engenheiros que, numa Assembleia Regional da Ordem dos Engenheiros de Lisboa, aprovaram uma moção de protesto contra a prisão e as torturas infligidas ao seu colega Fernando Vicente e manifestaram a sua vontade de prosseguir uma acção colectiva até à sua libertação, decidindo dar conhecimento destes factos, através dos competentes órgãos da Ordem, aos Presidentes do Conselho e da Assembleia Nacional, aos Ministros do Interior e das Corporações, Sindicatos e órgãos informativos, e ainda informar toda a classe através do Boletim; assim o entenderam cerca de 150 oficiais da Armada que subscreveram um texto pedindo a convocação duma Assembleia Geral Extraordinária do Clube Militar Naval para apreciar a ilegalidade de uma busca feita por 4 agentes da Pide à residência de um seu colega de nome Lucas.

Que cesse a repressão. Pelo fim da tortura e pela extinção da PIDE-DGS. Pela libertação dos presos políticos e pela amnistia total. É necessário, é possível, fazer recuar o fascismo.

Morreu Guilherme Carvalho

No funeral gritou-se:

«Fora a Pide!» «Assassinos!»

Guilherme da Costa Carvalho, um destacado militante comunista que devotou toda a sua vida à luta contra o fascismo, pela Democracia e pelo Comunismo, morreu no passado dia 24 de Março.

O «Avante» está seguro de interpretar o sentir de todos os comunistas e antifascistas portugueses inclinando as suas bandeiras em homenagem a um homem que até ao fim da sua vida lutou como dedicado membro do Partido Comunista Português e que soube enfrentar a morte, que ele sabia aproximar-se, com uma coragem invulgar.

O seu funeral, tal como foi sublinhado por um jornal diário, «vestiu-se de invulgar grandiosidade». A vários quilómetros do Porto, havia dezenas de automóveis a esperar a urna vinda do Instituto de Oncologia de Lisboa. No cemitério estava uma multidão calculada em 1.500 pessoas de todas as condições sociais numa sentida manifestação de pesar. A destacada democrata Eng.ª Virgínia de Moura proferiu uma alocução. A seguir, ouviram-se gritos de «Fora a PIDE», «Assassinos», gritos que foram secundados pela multidão, que também cantou o Hino Nacional, e «Não fiques para trás ó companheiro». Só então a multidão começou a deslocar-se para a saída do cemitério, mas no caminho até ao Largo Bazílio Teles, cantaram-se várias canções revolucionárias e continuou a gritar-se: «Fora a PIDE!» «Assassinos!».

Guilherme Carvalho ingressou ainda jovem nas fileiras do PCP, há mais de 30 anos, e passou à clandestinidade como funcionário do P. no ano de 1945. Desde então, e até à sua morte, ele manteve-se fiel ao Partido e aos ideais pelos quais lutou toda a sua vida. Como funcionário do Partido ou como membro do seu Comité Central, do qual fez parte durante vários anos, a sua acção militante estendeu-se a quase todas as regiões do país.

Preso e torturado por diversas vezes, Guilherme Carvalho sempre se recusou a prestar quaisquer declarações, sempre demonstrou a sua inabalável firmeza ante a PIDE e os carcereiros. perante os tribunais fascistas desmascarou as torturas policiais e defendeu o Partido.

Guilherme Carvalho foi preso pela 1ª vez, como funcionário do Partido, no ano de 1948, tendo sido deportado em 1950 para o campo de concentração do Tarrafal. Dessa sua 1ª prisão, só em 1954 saíra em liberdade. Pouco

tempo depois tornava à actividade revolucionária na clandestinidade. Voltou a ser preso em 1959, mas pôde retomar o seu posto de combate ao participar na histórica evasão de Peniche, em 3 de Janeiro de 1960. Em Novembro de 1960 foi preso pela 3ª vez, mas conseguiu ganhar a liberdade com outros camaradas, com a audaciosa evasão de Caxias, em 8 de Dezembro de 1961.

Foi preso pela 4ª e última vez em Maio de 1963. Mas só em 1972 e depois de o Governo e a PIDE-DGS terem a certeza que Guilherme Carvalho poucos meses teria de vida, só então é que consentiram na sua libertação.

O Governo e a PIDE são responsáveis pela morte de Guilherme Carvalho

Como o «Avante» na devida altura denunciou, a vida de Guilherme Carvalho poderia ter sido salva se o cancro que o vitimou tivesse sido localizado a tempo. Há já muito que ele se vinha queixando de graves padecimentos, mas foi preciso recorrer a um médico requisitado pela família para se descobrir a gravidade da sua doença.

O Governo, a PIDE-DGS, os serviços prisionais e os médicos Barata, Magalhães, Viogas Pires, são os principais responsáveis pela morte prematura de Guilherme Carvalho. Foram eles, também, os responsáveis pelas mortes prematuras dos saudosos camaradas Manuel Rodrigues da Silva, Agostinho Saboga e outros, que saíram das prisões fascistas com a saúde arruinada pelas torturas e perseguições que lhes moveram.

Salvem os vivos dos presos

Lutar pela Amnistia e pela imediata libertação dos que se encontram doentes, lutar pela cessação das cruéis torturas da PIDE-DGS, são exigências que se impõe estender a todo o país. Nas cadeias fascistas encontram-se destacados patriotas com mais de 15 anos de prisão, como são os casos de Dias Lourenço e José Magro. Alguns outros, nomeadamente Angelo Veloso, Rogério Carvalho, Manuel Pedro, encontram-se seriamente doentes. Os médicos preconizam o internamento de A. Veloso em estabelecimento hospitalar adequado, mas a PIDE DGS opõe-se, e que significa que o bando de torturadores e assassinos da PIDE-DGS, sob o comando de Rapazote e M. Caetano, se preparam para cometer outros crimes.

A morte de Guilherme Carvalho deve constituir um aviso para todos e a todos indica a necessidade de tornar mais ampla e mais vigorosa a luta pela libertação de todos os presos. Urge salvar as vidas ameaçadas dos presos e exigir a imediata libertação de todos os que se encontram doentes.

Rádio Portugal Livre

Transmite diariamente em 3 períodos de emissão. Das 8 às 8,30 em 19, 20, 20,8 e 25 metros. Das 24,20 às 24,50, em 25, 20,32 e 36 metros. Das 19 às 21 em 19 e 35 metros.

Aos domingos, transmite também das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

Acções contra O ASSASSINATO DE AMÍLCAR CABRAL

O «Avante» já referiu a profunda indignação que em todo o mundo causou o assassinato de Amílcar Cabral, assim como diversas acções e manifestações realizadas no país. Damos agora a conhecer algumas das acções de portugueses no estrangeiro e os principais aspectos do

Simpósio de Conakry

O Simpósio de homenagem a A. Cabral, realizado na República da Guiné, em Conakry, foi um grande acto político no qual participaram 650 delegados de 75 países. Nele estiveram representantes dos países socialistas e de quase todos os países africanos. O Simpósio, assim como o funeral, constituíram vibrantes condenações do colonialismo português e foram uma afirmação de solidariedade e confiança para com o PAIGC.

O P.C.P. esteve representado em todos os actos públicos realizados por ocasião dos funerais, pelo camarada Pedro Soares, membro do seu Comité Central. A intervenção do representante do P.C.P. no Simpósio foi várias vezes interrompida com aplausos e vivamente aplaudida no final. Ele denunciou «o crime monstruoso que roubou a vida de A. Cabral», assim como os «actos de terrorismo, de provocação e de guerra do colonialismo português». O nosso camarada sublinhou que a «luta contra a guerra colonial, pela paz, pelo regresso dos soldados, pelo início de negociações, pelo direito dos povos à imediata e completa independência constituem um objectivo central do nosso combate contra o regime fascista e colonialista».

ACÇÕES DE PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

Em várias acções de homenagem à memória de A. Cabral e de solidariedade com o PAIGC e o povo guineense, milhares de portugueses emigrados condenaram os crimes colonialistas e reclamaram o fim das guerras coloniais e a imediata independência para povos da Guiné, Angola e Moçambique em luta pela sua libertação.

Em França: 1.500 pessoas, em grande parte portuguesas, numa manifestação em Paris, organizada pelo Comité Francês de Apoio às Lutas de Libertação nas Colónias portuguesas, onde um grupo de trabalhadores portugueses da fábrica Renault-Billancourt fez chegar a sua voz de solidariedade e protesto; cerca de 200 pessoas, em nova reunião anticolonialista no 4 de Fevereiro; trabalhadores portugueses da fábrica Renault-Billancourt e da fábrica Caze-neuve enviaram telegramas de protesto à Embaixada de Portugal em Paris e a M. Caetano; abaixo-assinado de protesto com 45 assinaturas a M. Caetano; telegrama de solidariedade ao presidente Sekou Touré, enviado

pelos trabalhadores portugueses da fábrica Renault.

Na Bélgica: Logo após o vil assassinato de A. Cabral os muros da Embaixada de Portugal, em Bruxelas, apareceram cobertos com inscrições como «Assassinatos!», «PAIGC Vencerá» e com cruzes gamadas; portugueses vivendo e trabalhando na Bélgica enviaram telegramas de solidariedade e de repúdio ao PAIGC pelo vil assassinato de A. Cabral e de protesto ao governo português; mais de 500

pessoas num comício realizado no 4 de Fevereiro, ao apelo do Comité Português e do Comité de Apoio à luta contra o colonialismo e o Apartheid.

Em Inglaterra: Logo que houve conhecimento do assassinato foi organizada, junto da Embaixada de Portugal, uma vigília de protesto encabeçada pelo Comité pela liberdade em Moçambique, Angola e Guiné, que teve o apoio e a presença de organizações portuguesas.

ELEIÇÕES

EM FRANÇA

O Partido Comunista Francês e a União da Esquerda acabam de registar sensíveis progressos nas eleições parlamentares. O PCF, com mais de 5 milhões de votos (21, 3%), ganhou meio milhão em relação a 1968. O número dos seus deputados passa de 34 para 73. As forças da Esquerda alcançaram na primeira volta mais de 10 milhões de votos, correspondendo a 46% do total.

Inversamente, a coligação da maioria governamental apenas alcançou 34,5 dos votos.

Mostra-se que o povo francês deseja uma mudança e que quase metade dos franceses manifestaram a sua confiança às forças da Esquerda unidas em torno do «Programa Comum».

Nestas condições, como foi possível que, nos resultados finais, a maioria governamental conserve a maioria absoluta com 261 lugares, ao passo que a União da Esquerda, embora registando grandes ganhos, tenha ficado apenas com 181?

As causas imediatas encontram-se nos acordos entre a maioria reaccionária e os «reformadores» de Lacanuel e J.J. Schreiber, que, dizendo-se da Oposição, fizeram aberta e directamente o jogo do poder, com desistências mútuas na 2ª volta, a trouca da promessa de algumas pastas.

Mas isso não é o essencial. O essencial é o carácter antidemocrático da democracia burguesa existente em França. A cada deputado comunista correspondem mais de 70.000 votos comunistas. Mas a cada deputado da maioria correspondem apenas 32.000 votos da maioria.

O sistema eleitoral em França está arquetizado pela burguesia monopolista para, constitucional e legalmente, cortar o passo a um processo que conduza eventualmente ao acesso do proletariado ao poder. A burguesia dominante beneficia ainda do facto de que, na composição actual da sociedade francesa, entram milhões de trabalhadores estrangeiros emigrados, sem direito de voto, donde resulta que a composição social do eleitorado está longe de corresponder à composição social da sociedade e é muito mais var-

tajosa às classes exploradoras.

A democracia burguesa, que os revisionistas tanto louvam em comparação com a ditadura do proletariado, mostra nestas eleições, a sua real fisionomia, mil vezes menos democrática que qualquer país socialista.

O PCF, grande partido da classe operária francesa, sai reforçado da batalha. Primeiro partido da União da Esquerda, continuará a luta contra os monopólios e o seu governo reaccionário, por uma radical modificação da política francesa para a democracia, a independência nacional, o socialismo.

NO CHILE

No Chile, a União Popular registou um importante sucesso nas eleições parlamentares. Os seus votos passam de 36 para 43%, arrebatando alguns lugares à direita.

A reacção interior e o imperialismo conduzirão há muito uma campanha orquestrada em que não faltaram sabotagens, especulações, recusa de créditos, medidas de boicote internacional às exportações, com que pretendiam sufocar economicamente a experiência chilena. Pretendiam fazer destas eleições um teste e obter a maioria de 213, que lhes permitisse demitir o Presidente da República. Essas esperanças desfizeram-se dado o apoio das massas populares à União Popular.

As eleições legislativas revelaram a crescente consciência revolucionária da classe operária e das massas populares do Chile. A isso não são estranhas as realizações progressistas do governo de Unidade Popular: No curto período de 18 meses, 8.996.000 hectares de terra (a superfície de Portugal) passaram das mãos dos latifundiários para as mãos dos camponeses, os salários, reformas e pensões foram revalorizados, além de outras importantes medidas como a nacionalização das minas de cobre e de outros sectores fundamentais da economia nacional.

A situação continua muito complexa. A reacção interna e seus apoios externos não se dão por vencidos. Não é de excluir que procurem recorrer à violência. Mas o povo chileno, tendo à sua frente os partidos comunista e socialista unidos, mostrou uma vez mais a determinação de defender as suas conquistas democráticas.

Solidariedade à luta do povo português

Representantes do movimento antifascista português deslocaram-se ao sul da Itália, nos dias 8 a 11 de Fevereiro, tendo participado numa série de conferências e encontros políticos de solidariedade à luta antifascista e anticolonialista do povo português.

As conferências tiveram lugar nas cidades de Bari, Molfetta, Palo del Colle e Putignano, com a participação de muitas centenas de antifascistas, particularmente jovens, estudantes e trabalhadores. Expondo a situação política no nosso País, os democratas portugueses denunciaram a repressão e informaram acerca das lutas do nosso povo contra o fascismo e o colonialismo.

Estas conferências, tal como os encontros políticos e de informação com dirigentes provinciais do Partido Comunista Italiano, da C.G.I.L. (a mais potente central sindical italiana), da Liga Democrática dos Estudantes e numerosos activistas jovens e antifascistas constituíram mais uma demonstração de solidariedade à luta do povo português.

Contra o colonialismo

Uma delegação estudantil antifascista portuguesa visitou a República Federal Alemã, onde participou num Congresso de solidariedade com os povos das colónias portuguesas.

No Congresso, que teve lugar na cidade de Dortmund e foi organizado por mais de 80 organizações da R.F.A. das mais variadas tendências ideológicas, entrevistaram representantes do MP LA, FRELIMO e PAIGC e foram definidas certas tarefas de apoio aos povos das colónias portuguesas.

A delegação portuguesa teve ainda ocasião de realizar outros encontros com estudantes alemães informando-se da sua luta e fornecendo informações sobre a luta dos estudantes portugueses contra o fascismo e o colonialismo.

A emigração portuguesa EM INGLATERRA

Para fugir à fome e à miséria que reina no seu país, à guerra colonial e à perseguição política, mais de 1 milhão de portugueses emigraram nos últimos 10 anos. Em Inglaterra são já mais de duas dezenas de milhares. A maior parte trabalha em hotéis, hospitais e escolas. Como em todo o lado onde a exploração capitalista é a lei vigente, têm de lutar para ser melhorada a sua situação. Assim aconteceu recentemente no «Astor College», onde os portugueses que ali trabalham conseguiram, pela sua acção e com o apoio do restante pessoal, a solução para algumas das suas reivindicações, nomeadamente deixar de fazer horas extraordinárias.

Tal como em todos os países onde há emigrantes portugueses, também em Inglaterra existem numerosos antifascistas que não esquecem a luta do seu povo em Portugal e procuram ajudá-la. Nesse objectivo se insere a recente publicação do jornal «O PORTUGUÊS NA INGLATERRA», que publicou o seu primeiro número em Dezembro último. Para a sua apresentação foi realizada uma sessão em que estiveram presentes mais de 150 pessoas. Também o 31 de Janeiro foi comemorado com um almoço, de confraternização que teve a participação de cerca de 70 pessoas.

PARA UMA NOVA GRANDE OFENSIVA

(continuação da pág. 1)

nas associações de estudantes, nas escolas e colectividades, nas várias estruturas da juventude trabalhadora, no movimento democrático e suas estruturas autónomas. Significa a intensificação da resistência à política fascista em todos os sectores e aspectos da vida nacional, a multiplicação e o alargamento das lutas com os mais variados objectivos, a sua convergência numa única torrente de combate.

O trabalho de organização adquire no momento presente uma decisiva importância. Dele depende o desenvolvimento da luta da classe operária, das massas trabalhadoras, da juventude, do movimento democrático.

O trabalho de organização é, em si, uma forma de luta pelo direito de organização. Toda a história do movimento antifascista português demonstra que, para desenvolver, estruturar, reforçar a organização, não se pode nem deve esperar o reconhecimento formal da sua legalidade. Por sua vontade, o governo não reconhecerá a legalidade a nenhuma forma de organização que tenha como objectivos a defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas antimonopolistas, o combate ao fascismo e ao colonialismo: Isto é válido em todos os sectores e frentes de luta. O governo declarou a ilegalidade das Comissões de Recenseamento, tal como o tem feito em relação a Comissões Operárias e a Comissões da Juventude. Mesmo em relação a organizações reconhecidas, com Estatutos aprovados, com funcionamento regular, como sindicatos, associações de estudantes e cooperativas, o governo, sempre que nelas se desenvolve uma actividade independente, intervem demitindo dirigentes, encerrando sedes, proibindo actividades. Nas condições da ditadura fascista, o direito de organização conquista-se organizando. Como a experiência mostra, a existência e desenvolvimento das diversas formas de organização operária e antifascista depende antes de tudo da sua força, da sua determinação e do apoio que lhes dão as amplas massas populares.

No que se refere ao movimento democrático, o desenvolvimento, a defesa e a eficácia das formas legais e semi-legais de organização assentam na sua *maliabilidade*; na *diversidade de soluções orgânicas segundo as condições concretas*; na *grande amplitude das suas comissões*; na *conjugação da intervenção democrática das suas assembleias e em resoluções capitais com a decisão e operatividade de organismos mais restritos*; na *unidade de todas as correntes políticas e de todos os democratas participantes*.

O reforço da organização democrática está estreitamente ligado a estas experiências criadoras.

A realização no ano corrente de «eleições» fascistas para a Assembleia Nacional, se convenientemente aproveitada pela Oposição, aumentará as oportunidades para o reforço da organização e o desenvolvimento da luta popular.

Não que haja a esperar do governo outra coisa que não seja uma mascarada «eleitoral». A proibição de sessões da Oposição e a perseguição às Comissões Democráticas de recenseamento confirmam que o governo procurará reduzir o mais possível a acção democrática. O movimento democrático tem porém força bastante para imprimir um outro curso aos acontecimentos.

É positivo que estruturas regionais, a par do trabalho de organização e da multiplicação de iniciativas políticas, tenham começado, separada ou conjuntamente, a manifestar o propósito de *apresentar candidaturas*, sem definir entretanto de momento e deixando, pelo contrário, para mais tarde, se se irá ou não ao acto «eleitoral».

Combatendo ilusões eleitoralistas, arranjos de bastidores, combinações com colaboracionistas, assim como o verbalismo e a chantagem esquerdistas, reforçando a sua coesão e voltando-se decididamente para as massas, o movimento democrático tem condições para *desferir sérios golpes na ditadura, alcançar importantes êxitos, lançar uma grande campanha política, de que sairá consideravelmente reforçado*.

O PCP reafirma a sua política de unidade

O sucesso na luta contra o fascismo e o colonialismo depende em larga medida da unidade das forças que se lhes opõem. Assim também o sucesso nas lutas parciais.

O PCP age incessantemente para forjar uma sólida unidade da classe operária e das massas trabalhadoras em luta. Unidade na luta nas empresas, no movimento sindical, nas acções camponesas, da juventude trabalhadora e no movimento associativo dos estudantes, no movimento democrático, na actividade nas forças armadas, na luta contra a guerra colonial, em todas as iniciativas e combates contra a política fascista e pelas aspirações e objectivos do povo português.

O PCP mantém e deseja reforçar, com vistas à acção comum em todas e em cada uma das frentes de luta, a *cooperação política bilateral e plurilateral, necessariamente clandestina, com todos os agrupamentos e sectores políticos antifascistas válidos, assim como com democratas sem-partido*.

O PCP defende consequentemente a *unidade sem discriminações em todas as estruturas democráticas legais e semi-legais de carácter unitário* e saúda os importantes passos dados no sen-

tido do alargamento e do reforço da unidade de todos os antifascistas. O reforço da unidade exige que, no plano político, no plano da organização e das formas de acção, se procure e se encontre o que une e não que se saliente e se dramatize o que divide. Exige simultaneamente que se esteja vigilante, tanto em relação a «alargamentos à direita», que pudessem significar abandono dos objectivos fundamentais e da direcção das lutas de massas e a diluição do movimento numa amálgama paralisada pelo oportunismo; como em relação às tentativas de introdução, nas estruturas democráticas, do divisionismo esquerdista, da histeria verbal, dos métodos de intriga, conspiração e sabotagem, da demagogia basista aliada ao dirigismo intolerante, que têm causado profundos danos no movimento estudantil e que, nas estruturas democráticas, teriam semelhante resultado. Aceitando sem quaisquer discriminações, todos quantos estejam dispostos a lutar unidos pelos objectivos comuns, os movimentos unitários têm, ao mesmo tempo, de isolar e combater firmemente quem quer que, no seu seio, pretenda dividir e desagregar.

O PCP entende que **não se devem fechar as portas da frente unida das forças democráticas** aqueles que, embora tendo em algum momento colaborado com o regime, rompem definitivamente com ele e, pelos actos, se mostram dispostos a lutar pelos objectivos fundamentais do movimento antifascista. Ao mesmo tempo, adverte contra certas ideias de formar uma «Oposição remodelada» que outra coisa não seria senão uma aliança de oportunistas nas zonas marginais do regime e da Oposição.

O movimento democrático português é um grande movimento unitário, com uma ampla base de massas. Alargando e reforçando a unidade de todos os democratas sem discriminações, definindo uma orientação política justa, realizando um sério trabalho de organização, voltando-se decididamente para as massas, o movimento democrático está em condições de tomar a iniciativa política nas suas mãos.

Na luta pela solução do problema político português,

o PCP e as forças antifascistas em geral não tem desprezado nenhuma possibilidade para abrir um caminho para a liberdade. Nem sequer as possibilidades legais e constitucionais, apesar da natureza fascista da Constituição e das leis. É o governo fascista (antes com Salazar, hoje com M. Caetano) que sempre e sistematicamente procurou fechar, com a repressão e a violação ou súbita alteração da Constituição e das leis, qualquer caminho para que o povo português possa defender os seus interesses, lutar pelas suas aspirações, decidir do seu destino.

As classes dominantes cometem um grave erro de cálculo ao pensarem que poderão eternamente sufocar, com a negação das liberdades mais elementares e com a repressão policial, a vontade do povo português de ter uma vida livre e independente, ao pensarem que poderão, contra a vontade do povo, contra os interesses do país, contra o irreversível movimento de libertação, continuar impunemente tiés guerras criminosas em África, com o único objectivo de defender os interesses sórdidos dos grandes grupos monopolistas; à custa das barbaridades perpetradas contra os povos das colónias portuguesas, à custa do sangue, do luto, das privações, dos sacrifícios, do povo português, designadamente da juventude.

A insinuação do governo fascista na recusa das mais elementares liberdades, na repressão, nas guerras coloniais, significa a continuação da intranquilidade e insegurança e contém em si os germes de conflitos internos mais agudos e violentos. Posto fim à ditadura fascista, instauradas as liberdades, posto fim à guerra colonial, estará aberto o caminho para que o povo português possa resolver em paz os grandes problemas nacionais.

É de esperar que, ao desenvolvimento da luta popular, do movimento democrático, o governo responderá intensificando a repressão. Ao mesmo tempo, na política interna, na política colonial, na política externa, procurará iludir os problemas, recorrendo à demagogia. A classe operária, o movimento democrático, o movimento da juventude trabalhadora e estudantil, as forças antifascistas e anticolonialistas têm de preparar-se para fazer frente com sucesso à repressão, para desmascarar quaisquer medidas demagógicas e voltá-las mesmo em muitos casos contra o próprio regime.

Nas condições do fascismo, é necessário recorrer a formas de luta muito variadas. É necessário saber associá-las correctamente nuns casos, modificá-las ou substituí-las noutros casos, definir por vezes quais são as prioritárias em relação a tal ou tal objectivo, e ter sempre em conta a sua influência recíproca e a adesão que lhes dão as massas. A situação previsível para o ano corrente, com acentuadas e talvez súbitas mudanças de conjuntura, obriga a ter presentes estas experiências.

O regime debate-se em contradições e dificuldades crescentes. Desenha-se um novo fluxo da luta popular.

Estão criadas as condições essenciais para reforçar rapidamente as diversas formas de organização, para consolidar uma ampla e combativa unidade antifascista, para multiplicar, em todas as frentes, as lutas por objectivos concretos, para preparar, com tenacidade, determinação e confiança uma nova grande ofensiva contra a ditadura fascista, pelo fim da guerra colonial, pela liberdade.